



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Ref.ª 25/UTAO/2008

Data: 7.10.2008

INFORMAÇÃO N.º 9/2008

**Contas Nacionais Trimestrais por Sectores Institucionais, incluindo das
Administrações Públicas
– 2.º Trimestre de 2008 –**

Nota Introdutória

1 Na Informação n.º 8/2008, de 16 de Setembro, a UTAO analisou a evolução das contas nacionais trimestrais das Administrações Públicas até ao 1.º trimestre de 2008, com base nos dados estatísticos divulgados pelo Eurostat em Julho/Agosto de 2008. Apresenta-se agora a análise dos valores referentes ao 2.º trimestre de 2008, esta porém, encontra-se sustentada na informação divulgada pelo INE no dia 30 de Setembro de 2008.

2 Essa informação respeita às contas nacionais trimestrais por sector institucional, para o período compreendido entre o primeiro trimestre de 1999 e o segundo trimestre de 2008, tendo sido divulgada, pela primeira vez, pelo INE, em cumprimento da legislação comunitária.¹ De acordo com aquele Instituto, essa publicação passará a ter um carácter regular, com um desfasamento de 90 dias após o trimestre de referência. Consequentemente, passar-se-á a dispor de informação referente ao saldo e aos principais agregados das Administrações Públicas, na óptica da contabilidade nacional, numa base trimestral três meses depois do trimestre de referência. Trata-se assim de um importante desenvolvimento na informação estatística disponível.

3 Dado que, no que respeita às Administrações Públicas, se trata de informação menos detalhada e para um menor número de agregados face aos disponibilizados pelo EUROSTAT para o trimestre anterior, numa primeira abordagem, apenas seria possível apresentar a evolução do saldo, sem proceder à análise de todos os factores dessa evolução. Porém o INE refere que se encontra disponível informação mais desagregada que poderá ser obtida mediante solicitação. A UTAO promoveu diligências nesse sentido, tendo sido obtida resposta favorável e atempada por parte do INE, beneficiando a presente análise dessa informação mais detalhada.

¹ Esta divulgação surge na sequência de a derrogação para a transmissão de dados trimestrais por sector institucional ter terminado em Agosto de 2008.

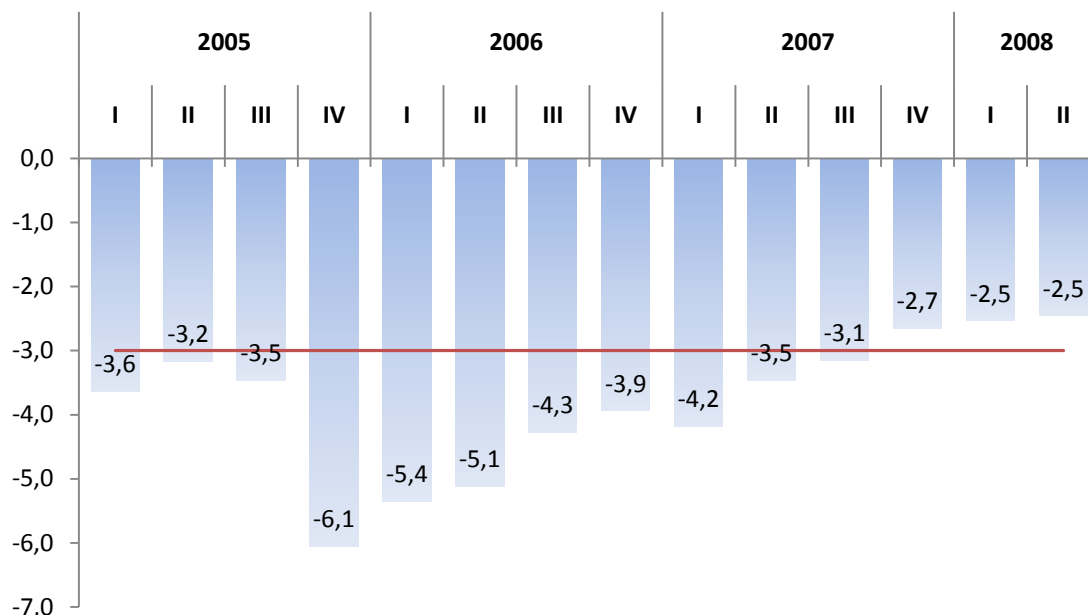
Administrações Públicas

4 Os gráficos seguintes ilustram a evolução do saldo orçamental português numa base trimestral. Tendo em conta que os valores trimestrais se encontram sujeitos a sazonalidade e são muito sensíveis a determinadas operações registadas em cada trimestre, optou-se por utilizar na análise valores alisados –valores deslizantes de 4 trimestres em percentagem do PIB anual deslizante (*rolling year GDP*)– de forma a permitir observar a tendência de evolução das variáveis em apreço. Trata-se de calcular os valores como se o período de um ano terminasse no trimestre de referência. Assim, o PIB anual deslizante é calculado como a soma do PIB no trimestre de referência com o PIB dos três trimestres que o antecedem. Consequentemente, o PIB anual deslizante no 4.º trimestre de cada ano corresponde ao PIB anual desse ano.²

5 Os valores assim calculados permitem identificar qual seria o saldo das Administrações Públicas, em contabilidade nacional, caso o ano terminasse no trimestre de referência. Desta forma, consegue-se analisar a *tendência de evolução* infra-anual do défice público de forma directamente comparável com as contas nacionais anuais, eliminando os problemas de sazonalidade.³

6 Deve ter-se em conta que os valores aqui apresentados são ainda valores provisórios até ao apuramento das contas nacionais definitivas, pelo que poderão estar sujeitos a revisões, devendo consequentemente ser interpretados com o devido cuidado.

Gráfico 1 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (2005-2008)
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)

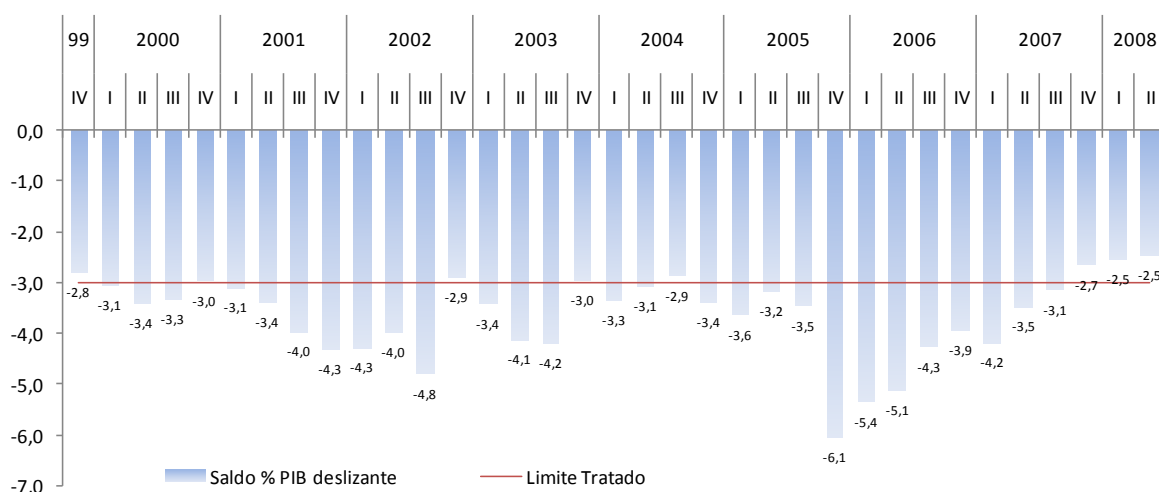


Notas: ver texto. Valores semelhantes aos obtidos aplicando uma média móvel de 4 períodos.
Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

² Os valores deslizantes para a conta das Administrações Públicas são calculados seguindo a mesma metodologia.

³ Os rácios assim obtidos são idênticos aos apresentados pelo INE no texto do “Destaque” recorrendo a uma média móvel de 4 períodos (mm4). A metodologia seguida pela UTAO tem a vantagem de permitir uma comparação directa dos valores em níveis com os obtidos nas contas nacionais anuais, uma vez que se reportam ao período de um ano terminado no trimestre de referência.

Gráfico 2 – Saldo orçamental das Administrações Públicas (1999T4-2008T2)
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)



Notas: ver texto. Valores semelhantes aos obtidos aplicando uma média móvel de 4 períodos.
Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

7 Da leitura do Gráfico 1 pode concluir-se que a estimativa para o período de um ano terminado no 2.º trimestre de 2008 aponta para um défice de 2,5% do PIB (deslizante). Face ao trimestre anterior verifica-se uma estabilização das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

8 Em termos de valores deslizantes, face ao último trimestre de 2007 verifica-se um ligeiro aumento do peso no PIB da receita total, devido sobretudo à evolução da outra receita corrente (onde se contabilizam os dividendos recebidos). O peso da despesa no PIB apresenta uma ligeira diminuição, resultante do efeito conjugado de um acréscimo na despesa corrente e de um decréscimo na despesa de capital. Na despesa corrente destaca-se o aumento do peso no PIB do consumo intermédio (para um valor idêntico ao previsto no ROPO/2008) e um acréscimo na outra despesa corrente. O peso da despesa com pessoal no produto (12,8%) continua acima do valor previsto no ROPO/2008 (12,3%), embora em diminuição face aos 12,9% de 2007. O peso no PIB da despesa de capital decresce, aparentemente por via do registo do encaixe proveniente da operação pontual de concessão de direitos de exploração do domínio hídrico à EDP, que é registada enquanto despesa de capital negativa. A FBCF mantém o seu peso no PIB face ao registado no final de 2007 (2,3%).

9 Em termos *acumulados*, as Administrações Públicas apresentam de Janeiro até Junho de 2008 uma necessidade de financiamento de 708 milhões de euros, estando aparentemente aqui já reflectido o encaixe proveniente da operação pontual de concessão de direitos de exploração do domínio hídrico à EDP.

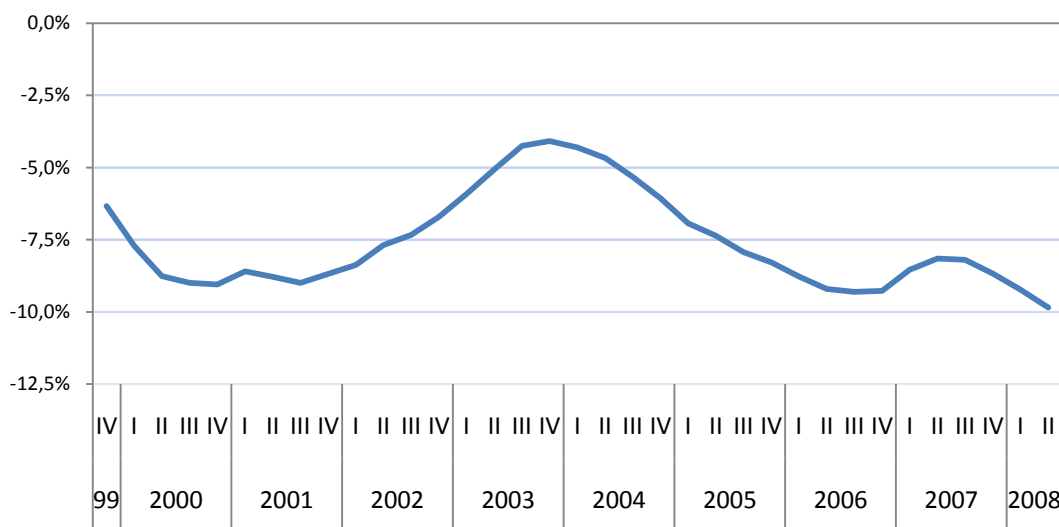
10 A taxa de variação homóloga acumulada até Junho de 2008 da receita (4%) é superior à da despesa (3,1%). Na receita verifica-se um abrandamento do crescimento dos impostos indirectos (1,7%), compensado pelo crescimento verificado na outra receita corrente (16%). Na despesa verifica-se um forte acréscimo do consumo intermédio (15,7%) e da outra receita corrente (20,3%). A despesa de capital apresenta um forte decréscimo em consequência da já referida operação de concessão à EDP. A FBCF verifica, no entanto, um acréscimo de 6,6% em termos homólogos acumulados.

Conjunto da economia portuguesa

11 Uma vez que a informação disponibilizada pelo INE apresenta, numa base trimestral, a evolução dos principais indicadores da economia portuguesa, apresenta-se nos gráficos seguintes a evolução recente das necessidades de financiamento da economia portuguesa, bem como a evolução do PIB e do rendimento nacional da economia. Tal como anteriormente optou-se pela apresentação de valores alisados (valores deslizantes) de forma a melhor se inferir as respectivas tendências de evolução dos agregados.

12 O Gráfico 3 ilustra a evolução das necessidades de financiamento da economia portuguesa (vulgo défice externo). No 4.º trimestre de 1999 estas ascendiam a 6,3% do PIB. Os trimestres seguintes são marcados por uma deterioração (chegando-se a um défice 9,1% do PIB no final de 2000), cuja correcção é iniciada gradualmente a partir 2001, atingindo-se no 4.º trimestre de 2003 um mínimo de 4,1% do PIB, no período em análise. Contudo essa recuperação não é duradoura, registando-se a partir do 2.º trimestre de 2004 uma deterioração rápida do défice externo, que atinge um novo máximo (no período em análise) no 2.º trimestre de 2008, ascendendo a 9,8% do PIB.⁴ De acordo com os dados do INE esta deterioração deve-se ao crescimento das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras, que não está a ser totalmente compensada pela melhoria registada nas Administrações Públicas e Instituições Financeiras.

Gráfico 3 – Capacidade/Necessidade de financiamento da economia portuguesa
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)

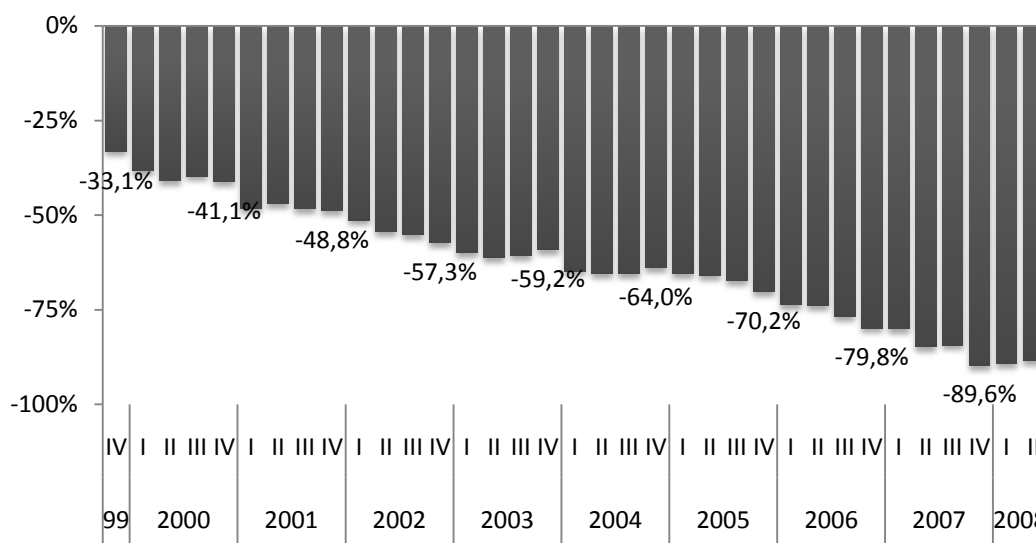


Notas: Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

13 O acumular de necessidades de financiamento face ao resto do mundo resultou numa rápida deterioração da posição de investimento internacional da economia portuguesa. Esta passou de uma posição negativa de 1/3 do PIB no final de 1999 para um valor próximo de -90% do PIB em 2007/2008.

⁴ Valor deslizante em percentagem do PIB deslizante, idêntico ao obtido utilizando uma média móvel de 4 períodos para remover os fenómenos de sazonalidade.

Gráfico 4 – Posição de investimento internacional da economia portuguesa
(valores de fim de período expressos em percentagem do PIB deslizante)

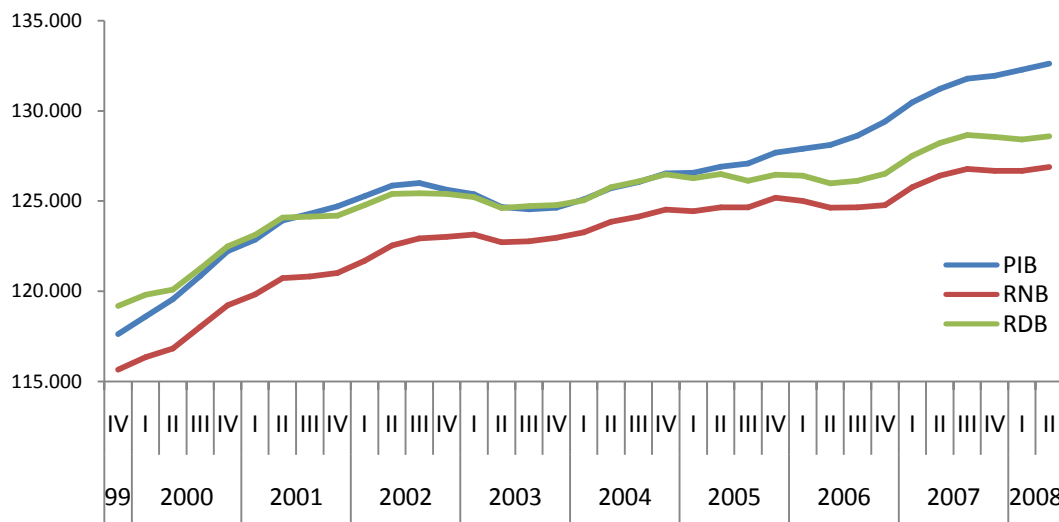


Notas: Cálculos UTAO. | **Fonte:** Bando de Portugal para a posição de investimento e INE para o PIB.

14 Este forte agravamento da posição de investimento internacional, reflectindo um acréscimo do endividamento face ao exterior, passou a ter consequências visíveis na evolução do Rendimento Disponível Bruto (RDB), que se encontra representado a preços constantes de 2000 no Gráfico 5. Numa economia aberta, o rendimento disponível bruto dos residentes poderá diferir da riqueza produzida nessa economia (produto interno bruto) em consequência do saldo líquido dos rendimentos do resto do mundo (cujo sinal reflecte a posição de investimento internacional) bem como do saldo das transferências correntes recebidas do resto do mundo. No período em análise (1999T4-2008T2) o Rendimento Disponível Bruto (RDB) da economia portuguesa foi sempre inferior ao PIB, devido ao um saldo negativo dos rendimentos recebidos do resto do mundo. No entanto até ao final de 2004, as transferências correntes recebidas do resto do mundo compensavam esse diferencial negativo fazendo com que o RDB, ou seja o rendimento disponível para a utilização dos residentes em Portugal, fosse sensivelmente igual ao PIB (ver Gráfico 6). No entanto, a partir do 1.º trimestre de 2005, o RDB passou a ser inferior ao PIB, reflectindo os encargos crescentes com a dívida entretanto contraída. No final de 2007, o RDB representava já apenas 97,4% do PIB. No segundo trimestre de 2008, o RDB representa 97% do PIB. Isto significa que 3% do total da riqueza produzida em Portugal (PIB) não fica à disposição dos residentes em Portugal, sendo antes canalizada para o exterior.

15 Num contexto de subida ou manutenção das taxas de juro em níveis mais elevados do que os prevalentes até 2006 e de manutenção de um défice externo elevado é expectável que o RDB continue a evoluir abaixo do PIB, o que constitui um factor limitativo do crescimento baseado na procura interna, com potenciais consequências ao nível da evolução da receita fiscal.

Gráfico 5 – PIB, Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto da economia portuguesa a preços constantes
(valores deslizantes a preços de 2000)



Notas: Para o cálculo dos valores a preços de 2000 utilizou-se o deflator do PIB das Contas Nacionais Trimestrais do 2.º Trimestre de 2008. Cálculos UTAO. | **Fonte:** INE.

Gráfico 6 – Rendimento Nacional Bruto e Rendimento Disponível Bruto face ao PIB
(valores deslizantes expressos em percentagem do PIB deslizante)

